

ACESSO DESIGUAL À EDUCAÇÃO NAS REDES DE ENSINO NO BRASIL

UNEQUAL ACCESS TO EDUCATION IN THE EDUCATION NETWORKS IN BRAZIL

ACCESO DESIGUAL A LA EDUCACIÓN EN LAS REDES EDUCATIVAS EN BRASIL

Denilson Marques dos Santos^{*}, Maria Cecilia Fagundes da Costa^{**}, Denise Marques dos Santos^{***} e Diana Gomes da Silva Cerdeira^{****}

RESUMO

Este artigo investiga as desigualdades de acesso à educação nas redes de ensino brasileiras durante a pandemia de COVID-19. O objetivo é compreender como as disparidades entre escolas públicas e privadas impactaram as oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes. Este estudo é fundamentado pela necessidade de avaliar as respostas institucionais de diferentes redes de ensino e de identificar mecanismos que possam ajudar a reduzir estas desigualdades. A pesquisa se baseia nas Teorias da Reprodução para responder a seguinte questão: como as diferenças de acesso às aulas durante a pandemia perpetuam as dinâmicas de exclusão e reprodução social? Os procedimentos metodológicos consistiram na análise qualitativa dos dados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19, suplemento do Censo da Educação Básica de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os resultados mostram uma diferença significativa entre escolas públicas e privadas no acesso às aulas e na resposta destas redes de ensino ao contexto pandêmico. O artigo conclui que as assimetrias de acesso ao processo de ensino-aprendizagem tendem a favorecer mecanismos sociais de reprodução, podendo legitimar e perpetuar desigualdades educacionais preexistentes no Brasil.

Palavras-chave: Contexto Pandêmico. Desigualdades Educacionais. Redes de Ensino. Teorias da Reprodução

* Mestre em Ciências da Religião pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião na Universidade do Estado do Pará (PPGCR-UEPA), Integrante do GP Arte, Religião e Memória (ARTEMI/UEPA), Docente Permanente da Secretaria Executiva de Educação (SEDUC-PA) e da Secretaria Municipal de Educação (SEMED-Ananindeua/PA). E-mail: dede_cecilia@yahoo.com.br.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0359-4695>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3274155299218088>.

** Graduada em Serviço Social pela Universidade Anhanguera (UNIDERP-Interativa). Monitora no Centro de Internação do Adolescente Masculino (CIAM-Sideral/Belém/Pará/Brasil). Voluntária na Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA). E-mail: mariaceciliafagundesdacosta@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5706-1806>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7613037045039785>.

*** Graduada em Direito pela Faculdade Cosmopolita (Polo Belém/PA), Graduada em Ciências Contábeis pela Faculdade Pan Amazônica (FAPAN), e Pós-Graduada (MBA) em Gestão em Recursos Humanos pelo Instituto Carreira/Faculdade Estratega, Coordenadora do Registro Mercantil na Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA). E-mail: dede_lana@hotmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3313-5783>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3540962418076999>.

**** Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professora Associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Coordenadora do Curso Presencial de Pedagogia (UERJ). E-mail: revistaescrevivenciasem3atos@gmail.com.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3623-4672>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5617631200989131>.

ABSTRACT

This article investigates inequalities in access to education in Brazilian education systems during the COVID-19 pandemic. The objective is to understand how disparities between public and private schools have impacted students' learning opportunities and academic development. This study is based on the need to evaluate the institutional responses of different education systems and to identify mechanisms that can help reduce these inequalities. The research is based on Reproduction Theories to answer the following question: how do differences in access to classes during the pandemic perpetuate the dynamics of exclusion and social reproduction? The methodological procedures consisted of the qualitative analysis of data from the Educational Response to the COVID-19 Pandemic survey, a supplement to the 2021 Basic Education Census, conducted by the National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP). The results show a significant difference between public and private schools in access to classes and in the response of these education systems to the pandemic context. The article concludes that asymmetries in access to the teaching-learning process tend to favor social reproduction mechanisms, which can legitimize and perpetuate pre-existing educational inequalities in Brazil.

Keywords: Pandemic Context. Educational Inequalities. Education Systems. Reproduction Theorie.

1 INTRODUÇÃO

Diversas pesquisas abordaram o papel da escolarização como instituição central na reprodução das desigualdades nas sociedades capitalistas modernas, entre temos as dos seguintes autores: Bourdieu; Passeron (2009, 2015); Bernstein (1996) e Coleman (1966). De igual modo, o debate sobre as persistentes desigualdades educacionais contemporâneas tem sido amplamente explorado, com foco na análise do processo de distribuição desigual de oportunidades e resultados escolares, como as de: Ernica; Rodrigues (2020); Senkevics; Carvalhaes; Ribeiro (2022); Draelants; Ballatore (2021); Knoblauch; Medeiros (2022) e Nogueira (2021).

Concomitantemente, um conjunto de estudos vem discutindo os impactos da pandemia do COVID-19 nas redes de ensino e nas escolas de educação básica no Brasil, destacando os efeitos deste período crítico sobre o sistema educacional, como os de: Anjos; Cardoso (2022); Macedo (2021); Silva (2021); Silva (2024a); Silva (2024b). Estas análises indicam que um dos principais desafios trazidos pela pandemia de COVID-19 para a educação brasileira é o risco de aprofundamento das desigualdades educacionais, já profundamente enraizadas em nosso sistema de ensino (Senkevics; Bof, 2022).

Indubitavelmente, o ano de 2020 representou um período de mudanças significativas na educação, nas escolas e nos processos de aprendizagem (Nóvoa; Alvim, 2021; Koslinski; Bartholo, 2021). A maneira como as instituições de ensino lidou com a pandemia expõe as profundas desigualdades que caracterizam o acesso à educação enquanto direito no Brasil. Vários fatores de diferenciação social se intensificaram, ampliando as disparidades

educacionais entre as redes de ensino. Afinal, as condições de vida não são iguais para todos, e, assim, a implementação de métodos e estratégias de ensino evidenciou privilégios de classe, trazendo à tona a necessidade de questionar desigualdades e vantagens sociais no contexto pandêmico da COVID-19. Com base nesta abordagem, entendemos que refletir sobre os efeitos das desigualdades geradas na pandemia é imprescindível para perceber regalias onde muitos percebem apenas oportunidades, acesso e universalização.

Como amplamente demonstrado em diversos estudos empíricos, a realização das atividades escolares e acadêmicas, essenciais para o aprendizado curricular, foi desafiada de maneira inédita pela falta de acesso aos espaços físicos das escolas. Sistemas educacionais em diferentes países desenvolveram diversas estratégias para manter as atividades escolares em funcionamento e preservar os vínculos entre estudantes, professores e escolas. No Brasil, a suspensão das aulas presenciais obrigou as redes de ensino e as escolas a buscar alternativas para reorganizar o calendário escolar e a oferecer atividades de ensino-aprendizagem por meio de modalidades remotas e híbridas.

Entretanto, estas formas de mediação intensificaram as desigualdades, especialmente em razão da disparidade de recursos e infraestrutura entre as redes de ensino, o que comprometeu a capacidade de adaptação e implementação destes modelos. A este respeito, a pesquisa desenvolvida por Senkevics e Bof (2022, p.174) confirmou que: a adoção de alternativas ao ensino presencial e continuidade do processo de escolarização foram díspares entre os sistemas de ensino no País.

Do ponto de vista da distinção entre escolas públicas e privadas, partimos do pressuposto que a pandemia impactou de maneira desproporcional os estudantes da rede pública em relação às instituições privadas (Anjos; Cardoso, 2022, p. 45). Destarte, o presente artigo está assentado na premissa de que o fechamento das escolas, durante a pandemia, evidenciou e intensificou mecanismos de criação e perpetuação das desigualdades. Com base nessas considerações e com elas dialogando (Koslinski; Bartholo, 2021; Senkevics; Bof, 2022; Costa; Brandão, 2022), este estudo tem como objetivo investigar as desigualdades de acesso à educação nas redes de ensino brasileiras durante a pandemia de Covid-19, buscando compreender como a dualidade escola pública-privada impactaram as oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

O artigo pretende oferecer respostas a seguinte questão-problema: como as diferenças de acesso às aulas durante a pandemia perpetuam as dinâmicas de exclusão e reprodução social? Para isto, este estudo baseia-se nos dados do Censo Escolar Brasileiro de 2021, com foco nos

percentuais de dias letivos, nas estratégias de mediação pedagógica e no suporte tecnológico oferecido pelas escolas brasileiras durante o contexto pandêmico.

Teoricamente, assumimos, a partir do diálogo com as teorias da reprodução, que a instituição escolar reproduz e legitima desigualdades sociais (Bourdieu; Passeron, 2009; 2015). Partimos da perspectiva de que o papel das redes de ensino vai além da simples transmissão de conhecimento ou do desenvolvimento das habilidades formais exigidas para o acesso a diferentes posições sociais. A escola também exerce uma função na legitimação destas desigualdades sociais sob a ótica do princípio meritocrático.

Esta perspectiva teórica parte da premissa de que o sistema educacional desempenha um papel na reprodução da estrutura das relações de força e das relações simbólicas entre as classes, contribuindo assim para a reprodução da estrutura da distribuição do capital cultural entre as classes (Bourdieu, 2011, p. 295). Em síntese, o campo de discussão que orienta este artigo está em sintonia com uma agenda teórico-metodológica dos estudos que buscam dar respostas à questão da relação entre sistemas de ensino e classes sociais.

Os procedimentos metodológicos consistiram na análise qualitativa dos dados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19, suplemento do Censo da Educação Básica de 2021, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). A coleta foi feita por meio de questionário, respondido via Sistema EducaCenso, entre os meses de fevereiro e março de 2022 cujo objetivo foi compreender os impactos no calendário escolar e à adoção de medidas pedagógicas e sanitárias no ano letivo de 2021 em todo o País (Inep, 2023, p. 61).

A pesquisa incluiu escolas que estiveram em atividade no ano de 2021 e registraram matrículas em modalidades presenciais e semipresenciais. Segundo dados do INEP (2023), as escolas relataram as estratégias de ensino utilizadas nas modalidades presencial, remota e híbrida, com a possibilidade de indicar mais de uma estratégia para cada etapa de ensino. As estratégias foram diferenciadas em: presencial: atividades escolares realizadas exclusivamente de forma presencial na unidade escolar; híbrido: combinação entre atividades escolares virtuais e presenciais; remoto: atividades escolares realizadas exclusivamente de forma virtual (Inep, 2023, p. 62).

A análise dos dados do Censo Escolar e da resposta das redes de ensino brasileiras fornece evidências empíricas que permitem não só a comparação entre redes públicas e privadas, mas também o exame da capacidade das instituições educacionais de responderem a situações de emergência, tema ainda pouco explorado na literatura. Portanto, este trabalho

amplia o entendimento acadêmico sobre as interações entre desigualdade, educação e crise, podendo oferecer insights para pesquisadores, educadores e formuladores de políticas interessados em desenvolver sistemas educacionais mais equitativos e resilientes. Além disto, esta investigação contribui para o aprofundamento das Teorias da Reprodução ao aplicar seus conceitos ao contexto específico da pandemia e ao explorar como fatores externos, como a crise sanitária, podem afetar as dinâmicas educacionais.

Este artigo, além desta introdução e das considerações finais, está organizado em mais três partes. Na primeira, são discutidos aspectos das Teorias da Reprodução, fornecendo o referencial teórico que fundamenta a análise. Na segunda, são explicados os procedimentos metodológicos adotados para o recorte de dados da pesquisa Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19, realizado pelo INEP. A terceira parte apresenta a análise dos resultados, argumentando que a distinção entre escolas públicas e privadas atua como um mecanismo independente na formação de exclusão e pode funcionar como um meio de perpetuação das desigualdades.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A análise conceitual apresentada fundamenta-se na Teoria da Reprodução de Bourdieu e Passeron (2009; 2015) que afirma ser toda ação pedagógica uma violência simbólica enquanto imposta, legitimando também a hierarquia social que repousa no arbitrário cultural, contribuindo para os fundamentos da reprodução cultural e social nas instituições escolares também. Esta perspectiva teórica parte do pressuposto segundo o qual a escola exerce um papel central na preservação das estruturas de poder e na perpetuação das desigualdades sociais. Sob esta abordagem, o sistema de ensino contribui de maneira insubstituível para perpetuar a estrutura das relações de classe e ao mesmo tempo para legitimá-la ao dissimular que as hierarquias escolares que ele produz reproduzem hierarquias sociais.

É fácil perceber simultaneamente a autonomia relativa do sistema de ensino e sua dependência relativa à estrutura das relações de classe, é porque, entre outras razões, a percepção das funções de classe do sistema de ensino está associada na tradição teórica a uma representação instrumentalista das relações entre a Escola e as Classes Dominantes, enquanto que a análise das características de estrutura e de funcionamento que o sistema de ensino deve à sua função própria tem quase sempre tido por contrapartida a cegueira face às relações entre a Escola e as classes sociais, como se a comprovação da autonomia supusesse a ilusão da neutralidade (Bourdieu; Passeron, 2009, p. 244).

Assentado nestes fundamentos, elencamos três conceitos para analisar as desigualdades de acesso à educação nas redes de ensino brasileiras no contexto pandêmico, que são: Capital Cultural, *Habitus* e Violência Simbólica. O conceito de “Capital Cultural” será empregado para compreender as vantagens e desvantagens enfrentadas por estudantes de escolas públicas e privadas no acesso à educação durante a pandemia. Já o “*Habitus*” permitirá analisar como estas desigualdades foram internalizadas e perpetuadas por meio de disposições culturais e sociais. Por fim, o conceito de “Violência Simbólica” será utilizado para explicar como práticas escolares legitimam e naturalizam as desigualdades sociais.

Estamos nos baseando na premissa de que as Teoria da Reprodução Social de Bourdieu e Passeron (2009; 2015) continuam a oferecer ferramentas teóricas robustas para analisar as desigualdades educacionais, que, embora apresentem novas configurações, mantêm estruturas que perpetuam hierarquias sociais. Estudos recentes têm destacado a relevância dos conceitos desenvolvidos pelos autores acima citados na compreensão de características e dinâmicas educativas contemporâneas. Pesquisas como as de: Draelants; Ballatore (2021) e Piotto; Nogueira (2021) reforçam a validade do conceito de capital cultural para analisar como as desigualdades sociais são reproduzidas no contexto escolar, mesmo diante de críticas e adaptações necessárias ao contexto atual. Além disto, autoras como Knoblauch; Medeiros (2022) e Valle (2022) demonstram como a obra “A Reprodução” permanece fundamental e adaptável às pesquisas contemporâneas, tratando-se de práticas educativas. Assim, a escolha dos conceitos de capital cultural, *habitus* e violência simbólica como eixos analíticos neste estudo se justifica não apenas por sua relevância histórica, mas também por sua capacidade de explicar as manifestações contemporâneas destas desigualdades nas práticas e estruturas escolares.

Para Bourdieu e Passeron (2019), o capital cultural corresponde ao conjunto de conhecimentos, habilidades e disposições adquiridos no ambiente familiar e valorizados pela escola. Trata-se, em resumo, de um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa (Bourdieu, 2015, p. 83). A teoria do capital cultural examina como os recursos culturais são distribuídos de forma desigual na sociedade e como esta distribuição contribui para a preservação das propriedades sociais.

De acordo com a explicação clássica proposta por Bourdieu e Passeron (2009; 2015),

Estudantes provenientes de famílias das classes mais favorecidas herdam um conjunto variado de recursos culturais, como domínio da linguagem, cultura geral, habilidades intelectuais, comportamentos corporais e estéticos, além de gostos considerados

sofisticados. No contexto escolar, estes recursos se transformam em vantagens concretas, uma vez que o currículo e os critérios de avaliação valorizam uma cultura considerada “legítima”, refletindo os valores dos grupos sociais dominantes e exerce sobre os demais uma forma de violência simbólica.

A “Violência Simbólica”, segundo Bourdieu (2007) é uma forma de dominação que opera de maneira invisível, impondo normas e valores que naturalizam as desigualdades e se apresentam como fruto de deficiências individuais. É uma espécie de poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas (Bourdieu; Passeron, 2009, p. 25). No contexto educacional, esta violência se manifesta quando o fracasso escolar dos alunos de classes populares é atribuído a características pessoais, como falta de esforço ou compromisso, desconsiderando as barreiras estruturais e sociais que enfrentam.

Portanto, a violência simbólica, enquanto coerção que se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (portanto, a dominação) (Bourdieu, 2007, p. 206), permite analisar como as estruturas educacionais estruturais servem a perpetuação de um sistema que invisibiliza as dificuldades dos estudantes das classes populares, culpabilizando-os por um fracasso que é, na verdade, resultado das desigualdades sociais e educacionais.

Nesta perspectiva teórica, a noção de *habitus* é entendido como o conjunto de disposições internalizadas que orientam o comportamento e as práticas sociais dos indivíduos. Para Bourdieu (2007, p. 169), os agentes sociais são dotados de *habitus*, inscritos nos corpos pelas experiências passadas. Em outras palavras, é essa espécie de senso prático do que se deve fazer em dada situação (Bourdieu, 2011, p. 42).

Este conceito permite compreender como as estruturas sociais são incorporadas pelos indivíduos, influenciando suas ações e decisões de maneira muitas vezes inconsciente. O *habitus* opera, então, como uma ponte entre as condições objetivas da sociedade e as práticas subjetivas dos agentes, moldando suas percepções, escolhas e comportamentos com base nas experiências acumuladas ao longo da vida (Bourdieu, 2011, p. 27).

Assim, ele não apenas reflete as condições sociais em que foi formado, mas também contribui para reproduzi-las, ao predispor os indivíduos a agir de acordo com as expectativas e limitações impostas por essas condições (Bourdieu, 2007).

No contexto educacional, o *habitus* ajuda a explicar por que certos grupos sociais enfrentam barreiras específicas para acessar e aproveitar as oportunidades educacionais, ao

mesmo tempo que internalizam estas desigualdades como parte de uma ordem social natural (Bourdieu, 2013, p. 32).

Em síntese, entendemos que os conceitos de capital cultural, *habitus* e violência simbólica permanecem ferramentas analíticas essenciais para compreender as desigualdades educacionais contemporâneas. A Teoria da Reprodução Social de Bourdieu e Passeron (2009; 2015) continua a oferecer uma lente crítica para revelar como as práticas escolares legitimam e perpetuam hierarquias sociais, muitas vezes de forma invisível e naturalizada.

Neste sentido, estes conceitos permitem desvelar as formas sutis de exclusão que se manifestam no cotidiano escolar, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais existentes. Ao aplicar esta perspectiva teórica ao contexto das redes de ensino brasileiras durante a pandemia de Covid-19, este estudo reafirma a atualidade e relevância destas categorias analíticas, ressaltando sua capacidade de deixar transparecer as relações entre estrutura, agência e educação em cenários marcados por desafios persistentes e emergentes.

3 METODOLOGIA

Na pesquisa, adotamos uma abordagem metodológica que combina aspectos qualitativos e quantitativos, privilegiando a análise e a interpretação crítica como estratégias centrais. Os dados utilizados foram obtidos a partir de fontes secundárias, especialmente do relatório da “Pesquisa sobre Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19”, realizada no âmbito do Censo da Educação Básica de 2021. Esta pesquisa forneceu informações detalhadas sobre a suspensão das atividades presenciais nas escolas brasileiras durante a pandemia, além das estratégias adotadas por escolas e secretarias de educação para assegurar a continuidade do processo de ensino-aprendizagem.

Entre os aspectos analisados, destacam-se as ações direcionadas aos professores, as estratégias e ferramentas pedagógicas utilizadas com os alunos, os mecanismos de comunicação e suporte tecnológico oferecidos, as plataformas digitais empregadas nas atividades online e os métodos de monitoramento da participação dos alunos em atividades não presenciais (Inep, 2023). Entretanto, o foco recairá sobre os dados que apresentam percentuais de dias letivos, estratégias de mediação de ensino e suporte tecnológico utilizados nas redes públicas e privadas de ensino no Brasil, organizados de acordo com as etapas da educação básica (Santos et al., 2020, p. 792).

A escolha por uma abordagem mista permitiu uma análise mais abrangente, ao integrar

dados numéricos com interpretações qualitativas que exploram os contextos sociais e culturais subjacentes. Essa combinação foi essencial para capturar a complexidade das desigualdades educacionais reveladas durante o período pandêmico, uma vez que os números isolados não são suficientes para evidenciar as dinâmicas estruturais e simbólicas que sustentam essas desigualdades. Além disso, a análise qualitativa permitiu dar voz a questões menos visíveis nos dados estatísticos, como as implicações da falta de acesso tecnológico e os impactos no desenvolvimento pedagógico em diferentes contextos sociais. A análise dos dados fundamenta-se nos conceitos teóricos de Bourdieu e Passeron (2009, 2015), como capital cultural, *habitus* e violência simbólica. Esses conceitos foram empregados para interpretar as discrepâncias identificadas e compreender de que forma as desigualdades estruturais e simbólicas se manifestam e são reproduzidas no contexto educacional brasileiro.

Os dados quantitativos apresentados nos Gráficos 1, 2, 3 e 4 foram analisados comparativamente entre as redes públicas e privadas, com foco na distribuição dos dias letivos nas modalidades presencial, híbrida e remota, além das estratégias de comunicação e suporte tecnológico oferecidas aos alunos pelos professores nas diversas disciplinas que compõem o Currículo Escolar.

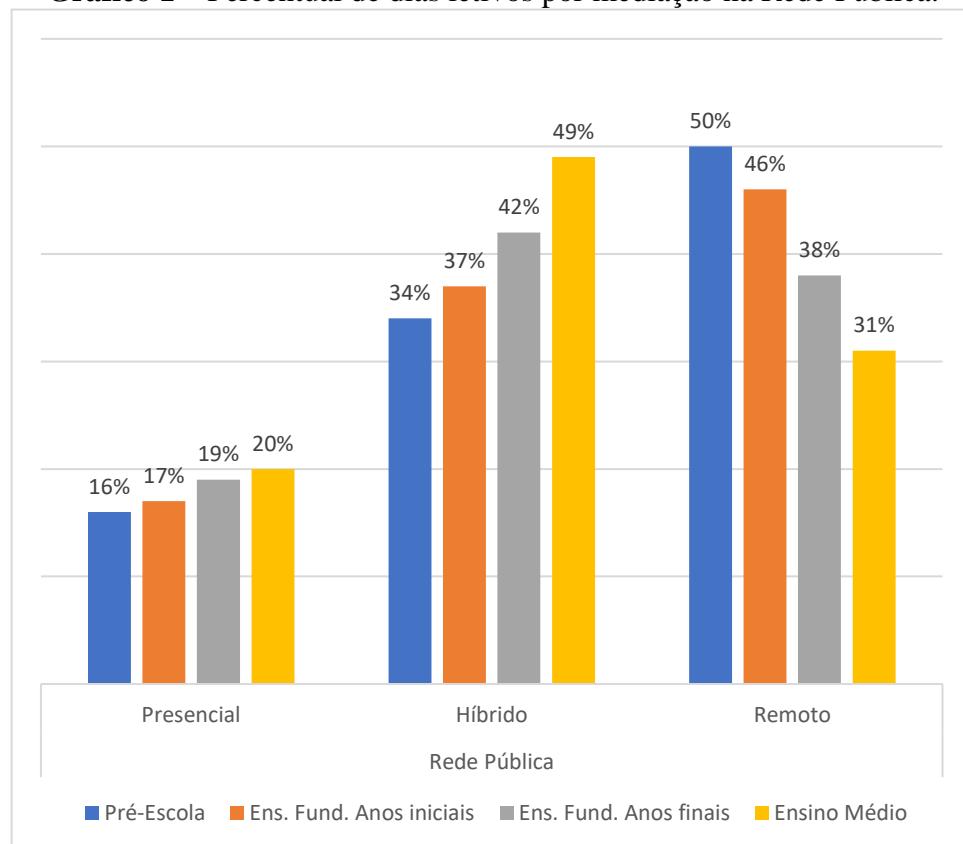
4 ANÁLISE E RESULTADOS

Os dados foram organizados no estudo de acordo com as etapas da educação básica: pré-escola, ensino fundamental (anos iniciais e finais) e ensino médio, utilizando-se de gráficos (1 e 2) que apresentam o percentual de dias letivos nas modalidades presencial, híbrida e remota nas redes de ensino públicas e privadas do Brasil, durante o ano de 2021. A análise comparativa entre os dois gráficos dispostos abaixo revelou a desigualdades significativas nos percentuais de dias letivos na modalidade remota entre as redes pública e privada. Na pré-escola, por exemplo, a rede pública registrou 50% dos dias letivos mediados exclusivamente por telas, enquanto na rede privada esse número foi significativamente menor, apenas 13%. Tendência semelhante pode ser observada no ensino médio, com 31% dos dias remotos nas escolas públicas, frente a 12% nas escolas privadas.

No que diz respeito à modalidade presencial, as discrepâncias são igualmente evidentes. Na etapa da pré-escola, apenas 16% dos dias letivos na rede pública foram presenciais, contrastando com os 43% registrados na rede privada. Segundo Baudelot e Establet (1975, p.13) esta diferença reflete as desigualdades de acesso e condições estruturais entre as duas redes de

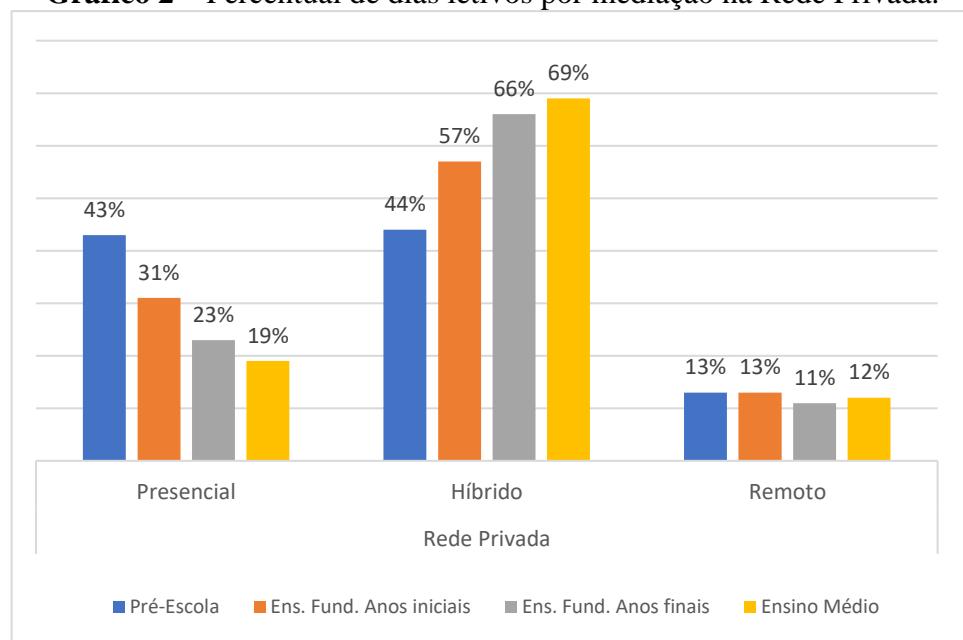
ensino, afetando todas as etapas da educação básica.

Gráfico 1 – Percentual de dias letivos por mediação na Rede Pública.



Fonte: Pesquisa sobre Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 (INEP/2021).

Gráfico 2 – Percentual de dias letivos por mediação na Rede Privada.



Fonte: Pesquisa sobre Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 (INEP/2021).

O terceiro gráfico apresenta o percentual de escolas por estratégias de mediação de ensino adotadas, de acordo com a rede de ensino, durante o ano letivo de 2021. Observa-se que as estratégias de mediação entre as escolas públicas e privadas foram marcadamente assimétricas, evidenciando respostas desiguais das redes de ensino ao contexto pandêmico.

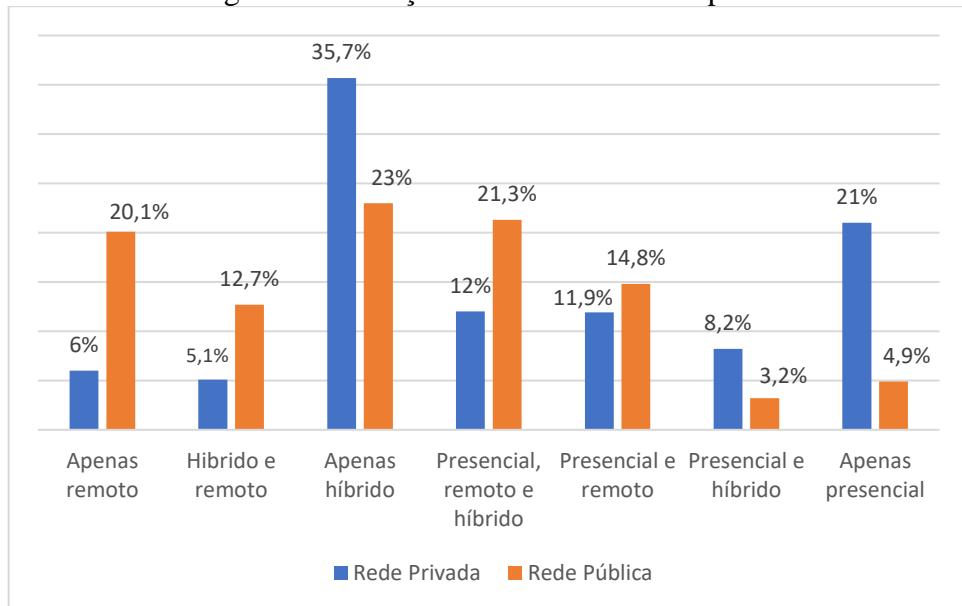
Como é possível notar, durante o referido ano letivo, 20,1% das instituições da rede pública no Brasil funcionaram exclusivamente no modelo remoto. Em contraste, na rede privada, apenas 6% das atividades foram realizadas a distância. Seguindo esta mesma lógica de desigualdade, enquanto 21% das escolas particulares mantiveram exclusivamente atividades presenciais, apenas 4,9% das públicas adotaram esse formato. Mesmo no modelo híbrido, a desigualdade persiste: 35,7% das escolas privadas adotaram essa estratégia, enquanto apenas 23% das escolas públicas implementaram aulas híbridas ao longo do ano letivo. Estes dados sugerem que estudantes da rede privada, com mais oportunidades de aprendizagem presencial, podem acumular vantagens que ampliam a distância entre eles e os alunos da rede pública.

A análise dos dados do gráfico 3 revela que a discrepância nos formatos de ensino entre as redes públicas e privadas reflete e reforça a posição das classes sociais na sociedade brasileira. O maior acesso às atividades presenciais nas escolas privadas evidencia a capacidade dessas instituições de atender às demandas educacionais da classe dominante. Este cenário favorece a reprodução do “*habitus*” destes grupos e garante a continuidade na transmissão do capital cultural.

Por outro lado, a educação mediada por tecnologia exige recursos culturais e materiais que muitas famílias das classes populares não possuem, como familiaridade com ferramentas digitais e um ambiente doméstico adequado para estudo. Esta realidade aprofunda a exclusão dos alunos mais vulneráveis. A desigualdade na oferta de atividades presenciais entre as redes públicas e privadas gera consequências concretas para os estudantes das escolas públicas, que dependem em maior medida do ensino remoto e enfrentam suas limitações (Bastos, 2023, p. 42).

Os dados coletados evidenciam como o sistema educacional contribui para a manutenção das desigualdades sociais e culturais, priorizando os grupos já privilegiados e marginalizando os mais vulneráveis.

Gráfico 3 – Estratégias de Mediação de Ensino Adotada pelas Redes de Ensino.



Fonte: Pesquisa sobre Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 (INEP/2021).

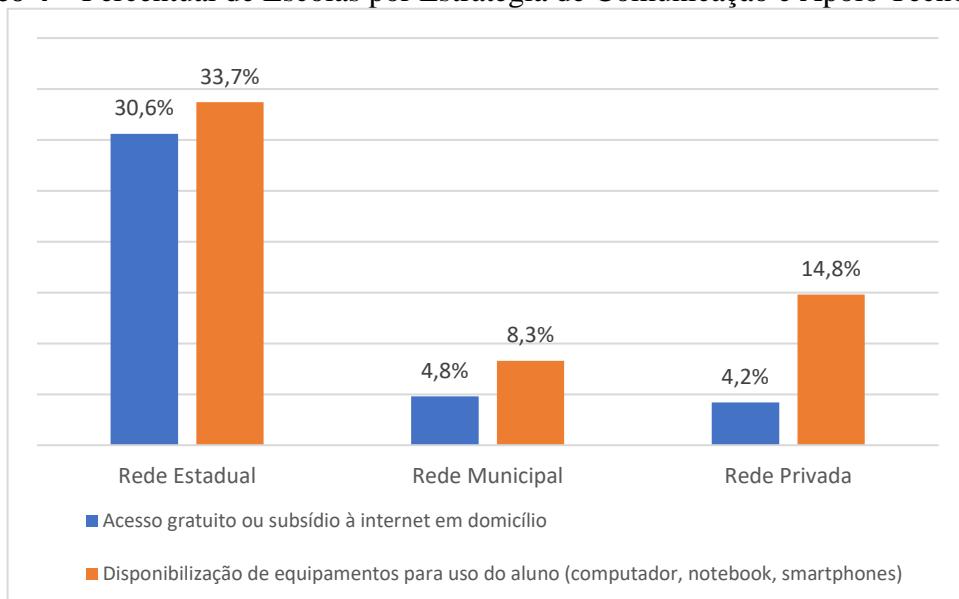
O próximo gráfico (4) apresenta o percentual de escolas por estratégia de comunicação e suporte tecnológico disponibilizado aos alunos durante o ano letivo de 2021, considerando as redes de ensino brasileiras. Os dados revelam que 14,8% das instituições privadas forneceram equipamentos como computadores, notebooks e smartphones a seus estudantes, enquanto, nas escolas públicas estaduais, esse índice foi quase o dobro, atingindo 33,7%. Quanto ao acesso gratuito à internet, as diferenças foram ainda mais expressivas: apenas 4,2% das escolas privadas oferecem esse recurso, frente a 30,6% das públicas estaduais. Essas estatísticas trazem à tona uma questão central: as desigualdades estruturais na educação, mantidas pelas condições materiais e simbólicas de acesso ao conhecimento (Bourdieu; Passeron, 2009, 2015).

Observamos que as escolas privadas, que atendem predominantemente alunos de classes socioeconômicas mais altas, disponibilizam recursos tecnológicos a um percentual menor de estudantes. Isso sugere que esses alunos já possuem acesso facilitado a esses equipamentos em seus contextos familiares. Em contrapartida, as escolas públicas, especialmente as estaduais, enfrentam uma demanda maior por fornecer equipamentos e acesso à internet, pois atendem alunos que, muitas vezes, carecem desses recursos em casa.

Esta disparidade evidencia o papel compensatório da escola pública, que busca mitigar desigualdades de origem. Contudo, tais esforços muitas vezes são insuficientes para equiparar as condições de partida entre os estudantes, perpetuando diferenças estruturais que impactam o processo de aprendizagem e as oportunidades educacionais. O sistema educativo privado opera

a partir de um *habitus* da classe dominante, que considera o acesso a equipamentos e internet como algo natural, enquanto o sistema público lida com *habitus* associados à carência estrutural. O fornecimento desigual de recursos tecnológicos, apresentados, pode ser interpretado de outra forma.

Gráfico 4 – Percentual de Escolas por Estratégia de Comunicação e Apoio Tecnológico.



Fonte: Pesquisa sobre Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 (INEP/2021).

Embora as escolas privadas possam ser legitimadas como instituições de excelência, sua menor oferta de recursos é compensada pelo capital cultural prévio dos estudantes. Já as escolas públicas, mesmo disponibilizando mais equipamentos e internet, podem não conseguir superar as limitações estruturais e acabam reproduzindo as condições de desigualdade. Sob a ótica da reprodução, os dados evidenciam que, mesmo quando há esforços para democratizar o acesso às tecnologias, as diferenças no capital cultural e nas condições socioeconômicas continuam determinando o aproveitamento das oportunidades.

Por fim, os dados analisados evidenciam que o sistema educacional brasileiro, ao invés de atuar como um vetor de redução das desigualdades, muitas vezes reproduz as estruturas de dominação e exclusão social. As discrepâncias na oferta de dias letivos presenciais, no acesso às tecnologias e nas estratégias de ensino entre as redes públicas e privadas reforçam a reprodução das condições materiais e simbólicas que perpetuam o *habitus* das classes dominantes e marginalizam os estudantes das classes populares.

A violência simbólica se manifesta na naturalização dessas desigualdades, enquanto a transmissão do capital cultural favorece grupos já privilegiados. Neste contexto, a escola pública, embora desempenhe um papel compensatório, enfrenta limitações estruturais que dificultam a superação das barreiras impostas pelas condições socioeconômicas (Bourdieu; Passeron, 2015, p. 52).

Assim, os dados analisados reafirmam o papel do sistema educacional como um espaço de manutenção das posições sociais, ao invés de promover uma verdadeira equidade no acesso ao conhecimento e nas oportunidades de ascensão social.

5 CONSIDERAÇÕES

Por meio das pesquisas e abordagens teóricas já produzidas sobre as interações entre desigualdade, educação e crise, este artigo discutiu a questão das diferenças de acesso às aulas no contexto da pandemia, averiguando se essas tendências reproduzem ou aprofundam as desigualdades educacionais existentes. Os dados apresentados e analisados ao longo deste estudo revelam como as desigualdades estruturais do sistema educacional brasileiro foram agravadas durante a pandemia da COVID-19.

Esta análise comparativa que procuramos investigar entre as redes públicas e privadas evidencia disparidades significativas na distribuição de dias letivos presenciais, híbridos e remotos, além de diferenças expressivas nas estratégias de mediação pedagógica e no suporte tecnológico disponibilizado aos estudantes. Estas desigualdades não refletem apenas a precariedade estrutural enfrentada pelas escolas públicas, mas também expõem como os mecanismos de reprodução social atuam para perpetuar privilégios das classes mais favorecidas. Enquanto as instituições privadas tiveram maior facilidade para implementar modalidades híbridas e presenciais, muitas escolas públicas enfrentam barreiras como a falta de recursos tecnológicos e de infraestrutura adequada, prejudicando ainda mais os estudantes que já enfrentam contextos socioeconômicos desfavoráveis.

Além disto, a análise revelou que estas disparidades vão além da materialidade de acesso aos bens digitais, envolvendo também o capital cultural dos estudantes e suas famílias. A dificuldade de adaptação ao ensino remoto e híbrido, mais frequente na rede pública, revela a ausência de suporte adequado para lidar com as demandas pedagógicas e tecnológicas, intensificando as desigualdades na aprendizagem. Desta forma, a pandemia não só reforçou as desigualdades existentes, mas também as naturalizou, mascarando-as sob a justificativa de condições específicas e universais. Com isto, o estudo confirma que, em vez de funcionar como

um mecanismo de inclusão e redução das desigualdades, o sistema educacional brasileiro, especialmente durante o período de crise pandêmica, atuou como um espaço de reprodução das diferenças sociais, dificultando o acesso equitativo ao conhecimento e às oportunidades de desenvolvimento.

Sob a ótica das Teorias da Reprodução, as desigualdades destacadas neste estudo reforçam o papel do sistema educacional na perpetuação das posições sociais. A maior dependência da rede pública em modalidades remotas, associada à menor disponibilidade de suporte estrutural, como internet e equipamentos, contribui para a manutenção do *habitus* das classes dominantes e aprofunda a exclusão dos mais vulneráveis. Por outro lado, as escolas privadas, beneficiadas por condições estruturais mais projetadas, garantem aos seus estudantes uma continuidade educacional que fortalece a transmissão do capital cultural necessária para a reprodução das suas vantagens sociais.

Apesar das limitações estruturais, as escolas públicas procuraram exercer um papel compensatório, disponibilizando mais recursos tecnológicos do que as instituições privadas. Contudo, tais esforços são insuficientes para superar as desigualdades, já que os contextos de origem, marcados pela carência de capital cultural e pelas condições socioeconômicas, continuam determinando o aproveitamento das oportunidades educacionais. Neste sentido, a violência simbólica se manifesta também na forma de como as políticas públicas destinadas à educação são concebidas, muitas vezes desconsiderando as reais necessidades dos mais vulneráveis.

Então, há necessidade de políticas públicas voltadas para a redução efetiva das desigualdades educacionais, com investimentos em infraestrutura, formação docente e estratégias inclusivas que promovam a equidade e a democratização do acesso ao conhecimento por meio das mídias digitais.

REFERÊNCIAS

ANJOS, H. V. M.; CARDOSO, A. D. Covid-19, Desigualdades e Privilégios na Educação Profissional Brasileira. **Educação & Realidade**, v. 47, p. e109351, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/YmRmyC7rgMcVrtwWnRHgNxc/#>. Acesso em 11 jan. 2025.

BASTOS, R. L. G. Os memes e a polêmica velada sobre o ensino remoto emergencial. **Texto Livre**, v. 16, p. e46126, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tl/a/xPNpKTRvdMftK9mdFhzphb/?lang=pt#>. Acesso em 11 jan. 2025.

BAUDELOT, Christian; ESTABLET, Roger. **La Escuela Capitalista en Francia.** México: Siglo Veintiuno, 1975.

BERNSTEIN, B. **A Estruturação do Discurso Pedagógico:** classe, códigos e controle. Tradução de T. T. Silva e L. F. G. Pereira. Petrópolis (RJ): Vozes, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre.; PASSERON, J. **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. Estruturas, habitus, práticas. In: BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. O exame de uma ilusão. In. VALLE, I. R.; SOULIÉ, C. (Org.). **Pierre Bourdieu:** uma sociologia ambiciosa da educação. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2019.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros:** os estudantes e a cultura. Florianópolis (SC): Editora da UFSC, 2015.

COLEMAN, J. S. et al. **Equality of educational opportunity.** Washington (DC): US Department of Health, Education & Welfare, 1966.

COSTA, B. L. D.; BRANDÃO, L. A resposta educacional dos municípios à covid-19: diversidade, trajetória e desigualdades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 27, n. 87, p. 1-20, e86203, maio/ago. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/86203>. Acesso em: 18 jan. 2025.

COSTA, B. L. D.; BRANDÃO, L. A resposta educacional dos municípios à covid-19: diversidade, trajetória e desigualdades. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 27, n. 87, p. 1-20, e86203, maio/ago. 2022. Disponível em:
<https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/86203>. Acesso em: 18 jan. 2025.

DRAELANTS, Hugues; BALLATORE, Magali. Tradução: Capital cultural e reprodução escolar: um balanço crítico. **Educação & Pesquisa**, São Paulo, v. 47, trad, 2021. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022021000101204&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 05 jan. 2025.

ERNICA, M.; RODRIGUES, E. C. Desigualdades educacionais em metrópoles: território, nível socioeconômico, raça e gênero. **Educação & Sociedade**, v. 41, p. e228514, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GVtXJSQhnxstcpMkz69Vqk/#>. Acesso em: 17 jan. 2025.

INEP. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar da Educação Básica 2022**: resumo técnico. Brasília (DF): INEP, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: 18 jan. 2025.

KNOBLAUCH, A.; MEDEIROS, C. C. C. DE. A atualidade de A reprodução de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron: 50 anos de um legado acadêmico e político. **Educação & Pesquisa**, v. 48, p. e245469, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/K57695MmgmZgsL8fXw5wPJd/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 05 fev. 2025.

KOSLINSKI, Mariane Campelo; BARTHOLO, Tiago Lisboa. Os efeitos da pandemia nas desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 32, e08314, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v32.8314> Acesso em: 26. mar. 2025.

MACEDO, R. M. Direito ou privilégio? Desigualdades digitais, pandemia e os desafios de uma escola pública. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 73, p. 262–280, maio 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/SGqJ6b5C4m44vh8R5hPV78m/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 11 fev. 2025.

NOGUEIRA, Maria Alice. O capital cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas. **Cadernos de Pesquisa**, 51, e07468, 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/7468> Acesso em: 25.mar.2025.

NÓVOA, Antônio; ALVIM, Yara Cristina. Covid-19 e o fim da educação: 1870-1920-1970-2020. **Revista História da Educação**, [s. l.], v. 25, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2236-3459/110616> Acesso em: 23 mar. 2025.

PIOTTO, Débora C.; NOGUEIRA, Maria Alice . Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação. **Educação e Pesquisa [on line]**. 2021, 47(v.), e470100302. ISSN: 1517-9702. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo oa?id=29866573046> Acesso em: 27 mar. 2025

SANTOS, Denilson Marques dos.; COSTA, Maria Cecilia Fagundes da. .; SANTOS, Denise Marques dos. Utilização das tecnologias de informação e comunicação no ensino da língua inglesa e seus desafios na formação docente. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista (BA), v. 16, n. 41, p. 787-801, 2020. DOI: 10.22481/praxededu.v16i41.6483. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6483>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SENKEVICS, A. S.; CARVALHAES, F.; RIBEIRO, C. A. C. Mérito ou berço? Origem social e desempenho no acesso ao ensino superior. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09528, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/YDBC5fsfYkcg8m3Kv4CPKMy/#>. Acesso em: 21 jan. 2025.

SENKEVICS, A.S; BOF, A.M. Desigualdades educacionais na pandemia: análise das Respostas das escolas brasileiras à suspensão das atividades presenciais em 2020. **Cadernos**

de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais. v. 7, 2022. Disponível em: <https://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/issue/view/511>. Acesso em: 17 fev. 2025.

SILVA, V. V. A. A covid-19 e a reprodução das desigualdades escolares: um estudo sobre acesso digital na educação básica. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 8, n. 61, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/4302>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, V. V. A. da; RIBEIRO, G. C. de M.; SANTOS, E. H. L. Divisão digital e desigualdades educacionais nas redes pública e privada: uma investigação com dados do Exame Nacional do Ensino Médio no estado do Pará. **Revista Educação**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. e125/1–23, 2024b. DOI: 10.5902/1984644473681. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/73681>. Acesso em: 6 fev. 2025.

SILVA, V. V. A. da; RIBEIRO, G. C. de M. Redes de ensino e desigualdades sociais no Pará: uma análise a partir do Exame Nacional do Ensino Médio. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 79, 2024a. DOI: 10.12957/teias.2024.80305. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/80305>. Acesso em: 16 fev. 2025.

VALLE, I. R. A reprodução de Bourdieu e Passeron muda a visão do mundo educacional. **Educação e Pesquisa** [online]. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hMZqk7tS7JMvRcTt3nhK47y/>. Acesso em 05 jun. 2024.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver:** memórias de um repórter. 11. ed. Rio de Janeiro: Record, 1988.

APÊNDICE 1 – INFORMAÇÕES SOBRE O MANUSCRITO

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao discente **Daniel Marques Rodrigues dos Santos** do Curso de Letras (com ênfase em Literatura Brasileira e Portuguesa) da Universidade Federal do Pará (UFPA) pelas discussões e sugestões relevantes que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho e também pelo auxílio dado aos autores na revisão e estruturação deste manuscrito.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram não haver nenhum conflito de interesse de ordem pessoal, comercial, acadêmica, política e financeira referente a este manuscrito.

DIREITOS AUTORAIS

Os direitos autorais são mantidos pelos autores, os quais concedem à Revista Comunicação Universitária os direitos exclusivos de primeira publicação. Os autores não serão remunerados pela publicação de trabalhos neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicado neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico. Os editores da Revista têm o direito de realizar ajustes textuais e de adequação às normas da publicação.

CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM

Não se aplica.

OPEN ACCESS

Este manuscrito é de acesso aberto ([Open Access](#)) e sem cobrança de taxas de submissão ou processamento de artigos dos autores (*Article Processing Charges – APCs*). O acesso aberto é um amplo movimento internacional que busca conceder acesso online gratuito e aberto a informações acadêmicas, como publicações e dados. Uma publicação é definida como 'acesso aberto' quando não existem barreiras financeiras, legais ou técnicas para acessá-la - ou seja, quando qualquer pessoa pode ler, baixar, copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou usá-la na educação ou de qualquer outra forma dentro dos acordos legais.



LICENÇA DE USO

Licenciado sob a Licença Creative Commons [Attribution-NonCommercial 4.0 International \(CC BY-NC 4.0\)](#). Esta licença permite compartilhar, copiar, redistribuir o manuscrito em qualquer meio ou formato. Além disso, permite adaptar, remixar, transformar e construir sobre o material, desde que seja atribuído o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico.



VERIFICAÇÃO DE SIMILARIDADE

Este manuscrito foi submetido a uma verificação de similaridade utilizando o *software* de detecção de texto [iTThenticate](#) da Turnitin, através do serviço [Similarity Check](#) da Crossref.



PUBLISHER

Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE). Publicação no Portal de Periódicos da Universidade do Estado do Pará. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da referida universidade.



HISTÓRICO

Submetido: 03 de março de 2025.

Aprovado: 23 de abril de 2025.

Publicado: 07 de maio de 2025.